



Gabinete da Deputada Coronel Fernanda

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023**

(Da Sra. Coronel Fernanda e outros)

*Requer o envio de solicitação de informação ao Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao atendimento do direito de ampla defesa nos processos de demarcação de terras indígenas no Estado do Mato Grosso.*

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao atendimento do direito de ampla defesa nos processos de demarcação de terras indígenas no Estado do Mato Grosso.

**JUSTIFICATIVA**

No Estado do Mato Grosso, a Fundação Nacional do Índio – Funai vem realizando uma série de demarcações de terras indígenas. De acordo com as informações eletrônicas disponíveis no sítio eletrônico do órgão federal, as terras indígenas se classificam em: a) áreas em estudo, submetidas aos

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Anexo IV, 2º andar, gabinete 242  
dep.coronelfernanda@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Coronel Fernanda

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231642652700>





## Gabinete da Deputada Coronel Fernanda

estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais e que servirão de fundamentação para a identificação e delimitação da futura terra indígena; b) áreas delimitadas são aquelas incluídas no perímetro indígena após a realização dos estudos preliminares. Nesta fase, as partes interessadas apresentam recursos à FUNAI, contraditando os estudos e as delimitações das terras indígenas; c) áreas declaradas indígenas por Portaria do Ministro da Justiça; d) áreas indígenas homologadas por decreto do Presidente da República; e) áreas regularizadas são aquelas registradas no Cartório como domínio da União; f) terras interditadas, que sofrem restrições de uso, visando à proteção dos indígenas.

Os critérios adotados pela FUNAI, no processo de demarcação das terras indígenas, levam inexoravelmente à sobreposição às terras particulares, às terras destinadas a assentamentos rurais, ou resultantes de processos de colonização, e, até mesmo, às terras da própria União, destinadas a unidades de conservação e a outros fins.

A ampliação das áreas além daquelas verdadeiramente ocupadas pelos indígenas tem gerado uma série de conflitos fundiários, a insegurança jurídica de milhares de famílias de camponeses, de produtores rurais, e inclusive, de grupos familiares que sobrevivem em posses resultantes de ocupação mansa e pacífica.

No processo de demarcação, a partir da delimitação das terras que serão demarcadas, é dada a oportunidade para as famílias abrangidas pela demarcação de entrar com recurso administrativo junto à FUNAI para apresentar as razões pelas quais não concordam com a inclusão de suas terras no perímetro indígenas.

No entanto, há um desconforto generalizado na população não indígena, visto que é a própria FUNAI que demarca e que julga os recursos das partes interessadas. Como resultado desta dupla função (demarcar e julgar os recursos), generalizou-se na sociedade mato-grossense, quiçá em todo o





## Gabinete da Deputada Coronel Fernanda

Brasil, a suspeita de que o direito do contraditório e da ampla defesa, garantido pela Constituição, esteja prejudicado.

Neste sentido, o presente requerimento de informação tem como objetivo solicitar aos Ministérios que informe o seguinte:

- a) Quais são as áreas reivindicadas pela FUNAI ou povos indígenas no Estado do Mato Grosso?
- b) Quantos processos de demarcação de terras indígenas no Estado do Mato Grosso estão em curso?
- c) Quantos recursos de partes interessadas foram encaminhados à FUNAI, com o objetivo de contestar as delimitações das terras indígenas, no Estado do Mato Grosso?
- d) Quantos recursos de partes interessadas foram deferidos favoravelmente e quantos recursos foram negados?
- e) Quantas famílias foram desalojadas de suas propriedades, posses ou ocupações em decorrência da demarcação das terras indígenas no Estado do Mato Grosso?
- f) Quantas famílias foram reassentadas em decorrência de sua expulsão das terras que ocupavam antes de serem demarcadas?

Sala das Sessões, em de de 2023.

**Deputada Coronel Fernanda**  
**PL-MT**

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Anexo IV, 2º andar, gabinete 242  
dep.coronelfernanda@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Coronel Fernanda  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231642652700>

